



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

06/12/2015



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1
1.2. PROJETO CASA DA CRIANÇA.....	2 - 3
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. JUÍZES.....	4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. CORREGEDOR (A).....	5
3.2. JUÍZES.....	6 - 7
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. JUÍZES.....	8
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. CORREGEDOR (A).....	9
5.2. DESEMBARGADOR.....	10

SUCESSO DO FÓRUM INTERNACIONAL DE DIREITO DA UNDB

Ainda repercute o sucesso do Fórum Internacional de Direito da UNDB, que reuniu no Hotel Luzeiros o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, e renomados pesquisadores nacionais e internacionais para discutir a oportuna temática dos Direitos Sociais, no Brasil e no mundo.

O Fórum da UNDB que contou com a presença de autoridades do judiciário, profissionais, professores e acadêmicos da área de Direito, foi conduzido pela Reitora da UNDB Ceres Murad e pelo diretor do Curso de Direito da UNDB, Desembargador Federal Ney de Barros Bello Filho. O evento encerrou com brilhantismo as atividades do curso de Direito da instituição em 2015.



O ministro Gilmar Mendes ladeado pelos anfitriões do Fórum Internacional de Direito da UNDB, o Desembargador Federal Ney de Barros Bello Filho, Diretor do Curso de Direito, e a Reitora da UNDB, Ceres Murad.



Os alunos de Direito da UNDB Teodoro Sanchez e Teresa Barros.



O ministro Gilmar Mendes com os acadêmicos da UNDB, Daniele Murad e Ítalo Gabriel.



Os desembargadores Ney Bello, Jamil Gedeon e Lourival Serejo, com a Reitora da UNDB Ceres Murad e os palestrantes convidados, o ministro Gilmar Mendes e o pesquisador italiano Raffaele de Giorgi (Universidade de Lecce).



Os palestrantes convidados para o Fórum da UNDB: Marius Oliver (África do Sul), Claudia Roesler (Universidade de Brasília), Ingo Sarlet (Universidade de Hamburgo) e o presidente do Instituto Max Planck, Ulrick Becker (Alemanha).

Pág. 3

TJMA inaugura nova sede da Casa da Criança

TJMA inaugura nova sede da Casa da Criança

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, inaugura nesta sexta-feira (4), às 17h, as novas instalações da Casa da Criança Menino Jesus, que passará a funcionar na sede da Fundação da Cidadania e Justiça (Rua Virgílio Domingues, S/N - São Francisco, atrás do Hotel Abeville).

O abrigo é destinado à acolhida, para encaminhamento à adoção ou retorno ao lar, de crianças de zero a cinco anos, vítimas de abandono familiar. A entidade completa 18 anos no próximo dia 8 de dezembro e é um dos principais projetos sociais mantidos pelo Judiciário maranhense e parceiros.

Com a nova sede, a Casa deixa de funcionar em um prédio alugado, tendo sua capacidade expandida

para atender até 100 crianças.

O serviço está de acordo com os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para entidades que desenvolvem programas de abrigo, como preservação de vínculos familiares, integração em família substituta – quando esgotados os recursos para manter a criança na família de origem – e a preparação gradativa para o desligamento.

Contatos com a jornalista Joelma Nascimento, pelo telefone (98) 98804 4732.

O QUE: Inauguração das novas instalações da Casa da Criança Menino Jesus, mantida pelo Poder Judiciário

QUANDO: 04/12/2015 – às 17h

ONDE: Rua Virgílio Domingues, S/N - São Francisco (atrás do Hotel Abeville).

Justiça indica legalidade em processo licitatório do Detran-MA

A licitação para contratação de escritório de advocacia para o Departamento Estadual de Trânsito (Detran-MA), ocorreu conforme previa o edital, na última sexta-feira (4). A Concorrência nº 009/2015 – CCL, Processo Administrativo nº 8.955, foi considerada legítima pela justiça estadual, na medida em que atendeu aos princípios da legalidade, competitividade e isonomia.

O processo foi questionado, recentemente, por um escritório de advocacia do estado, que chegou a ter uma decisão favorável a um man-

dado de segurança contra a licitação. Porém, o magistrado João Francisco Gonçalves Rocha revogou a liminar anterior e tomou decisão favorável ao processo licitatório, determinando prosseguimento normal ao certame.

Em trecho transcrito da decisão, o juiz coloca que, “... as informações juntadas aos autos são suficientes para alterar a decisão exarada e, julgando ora ocorrente nos autos presentes os requisitos ensejadores da medida, por bem hei de RECONSIDERAR a referida decisão para revogar a liminar e assim de-

terminar o prosseguimento da realização do certame licitatório promovido pelo Estado do Maranhão, Concorrência nº 009/2015 – CCL, Processo Administrativo nº 8.955 – DETRAN/MA, para contratação de serviços advocatícios para o DETRAN/MA, conforme estabelecido no Edital nº 009/2015 – CCL.”

Juridicamente, atestou-se que as normas do processo demandado pelo órgão são razoáveis e proporcionais, além de atenderem aos princípios da isonomia e do interesse público.



Nelma e Ronald Sarney entre Silvia Aguiar e os desembargadores Raimundo Barros e Tyrone Silva

NELMA SARNEY *recebe aplausos em Barreirinhas*



Nelma recebendo flores da Prefeitura de Barreirinhas

A cidade de Barreirinhas coroou o sucesso da gestão da desembargadora Nelma Sarney a frente do Colégio de Corregedores do Brasil. A presidente da entidade concluiu com muito êxito dois anos de

ádua trabalho pela promoção e aperfeiçoamento da Justiça no Brasil. Sua boa gestão foi reconhecida por todos os membros, que destacaram o prestígio e a liderança da corregedora maranhense em todo o País.



Nelma Sarney com a nova mesa do Colegio de Corregedores: Maria Erotides (MT) Eugenio Achille (PR) Ju-lizar Trindade (MS) Regina Célia (AC) e Gilberto Marques (GO)

Prêmio Innovare

Foi divulgada a relação dos ganhadores do Prêmio Innovare, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça. Se algum magistrado maranhense participou do concurso de 2015, ficou de fora da premiação.

Até agora, só um juiz do Maranhão ganhou tão cobiçado prêmio: Marlon Reis. Que depois desse fato ficou famoso no país.



Na cerimônia e na recepção do casamento de Milena e Diego cada movimento era um flash... de celular



Os noivos com o juiz Júlio César Prazeres

O AMOR *celebrado em bonita festa ao por do sol*

Um dos espaços muito lembrado ultimamente pelos noivos, por oferecer uma linda vista da praia do Araçagi, o Villa Garden Buffet foi o cenário escolhido para o casamento, ao por do sol, de Milena (filha de José Walter Maciel e Ana Luzia Sarney Costa) e Diego (filho de Marco Aurélio Fernandes e da saudosa Márcia de Fátima Fernandes).

Com uma cerimônia muito bonita oficiada pelo juiz de Direito Júlio César Prazeres e pelo pastor Mário Porto, os noivos, que já estão esperando o primeiro filho, fizeram juras de amor eterno na presença de familiares e amigos, com os acordes da voz bonita do cantor Alessandro Batista.

A recepção, no mesmo local, contou com uma atração especial que agitou a festa e atraiu todo mundo para a pista de dança: o Boizinho Barrica.



Na festa, os noivos eram os mais animados durante a apresentação do Boizinho Barrica



Os noivos na moldura do juiz Júlio César Prazeres e do pastor Mário Porto

OPINIÃO

Impeachment: o que eles acham?

O **Imparcial** ouviu autoridades ligadas ao Executivo, Legislativo e ao Direito sobre o processo de impeachment contra a presidente Dilma. A maioria considera inoportuno

FELIPE KLAMT
ESPECIAL PARA O IMPARCIAL

Para o governador Flávio Dino, o impeachment da presidente Dilma Rousseff é uma "ideia disparatada". "Só para uma coisa serve esse tumulto inconstitucional: dificultar o entendimento nacional que o Brasil precisa para sair da crise", opina. O **Imparcial** ouviu autoridades ligadas ao Executivo, Legislativo e ao Direito. Todos opinaram sobre o pedido de impeachment acolhido pela Câmara. E a maioria considera inoportuno e não acredita na queda da presidente.

Assim como o governador Flávio Dino, os demais contestam a credibilidade da presidente da Casa, Eduardo Cunha, ao acolher o processo. "Creio que o processo todo está comprometido por um pecado capital: a ilegitimidade de toda e qualquer medida adotada pelo deputado Eduardo Cunha. Creio ser difícil sustentar política e juridicamente uma decisão tomada no contexto de um gigantesco achaque", comenta o



Nem o Congresso, nem o Supremo, aprovarão ideia tão disparatada quanto esse impeachment sem base constitucional. Só para uma coisa serve esse tumulto inconstitucional: dificultar o entendimento nacional que o Brasil precisa para sair da crise. Inusitado que, em nome de combater as tais pedaladas fiscais, haja aceno e apoio para pontapés contra a Constituição e o Estado de Direito. O Brasil precisa de paz institucional, respeito à Constituição e de diálogo entre as forças políticas para sair da crise econômica

Flávio Dino, governador do Maranhão

juiz Márlon Reis, um dos signatários da Lei da Ficha Limpa e ativista anticorrupção na política.

O cientista político e social e professor Francisco Araújo tem opinião distinta. Para ele, o processo de abertura do impeachment é "útil para o país". Araújo defende que a crise gerada após o acolhimento da denúncia irá motivar uma "acomodação de forças nas instituições políticas, independentemente do resultado do processo". "Será uma boa oportunidade para o restabelecimento da governabilidade necessária e a recuperação da credibilidade política", afirma.

O deputado federal Rubens Júnior (PCdoB) não só é contra o processo como entrou com pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) para invalidar a medida de Eduardo Cunha, mas não obteve sucesso. Para ele, há um "vício de origem" no pedido. "O presidente Eduardo Cunha fez isso em retaliação ao posicionamento do PT no Conselho de Ética, por vingança, num claro ato de abuso de poder e desvio de finalidade", critica.



É ruim para o país, dentro da crise da economia, e ruim para a democracia, porque abre precedente perigoso para a ruptura constitucional. Ele é o resultado da fraqueza do PT em sustentar a pauta genuinamente da esquerda, mobilizando a população para lutar por mais direitos. O ajuste fiscal proposto por Dilma Rousseff é a pé de cal na trajetória de impopularidade da presidenta. Os escândalos envolvendo o financiamento privado de campanha também contribuíram para enfraquecer e desacreditar o governo. Esse processo também repercute indiretamente sobre toda a esquerda brasileira, que hoje assiste ao avanço das forças conservadoras

Luis Antônio Pedrosa, advogado, ativista dos Direitos Humanos e presidente do PSOL/MA



Não creio que o impeachment vá ocorrer. Quando Eduardo Cunha liderava de modo tranquilo a maioria congressual, essa oportunidade esteve timidamente presente no horizonte. Mas o colapso de Cunha é igualmente o cadafalso do impeachment. Não há um sem o outro. Com a admissão do processo político de perda do mandato presidencial, Eduardo Cunha jogou sua última carta. Agora seu futuro é certo, e a política costuma ser cruel com os que caíram em desgraça pública

Márlon Reis, juiz de Direito no Maranhão e um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa



A abertura do processo de impeachment é útil para o momento. Não se pode manter uma situação como essa por longo tempo. Onde a presidente da República está sob suspeita de crime de responsabilidade, o presidente da Câmara investigado pela Polícia Federal, o presidente do Senado também investigado pela Polícia Federal. Enquanto isso, a situação econômica do país vai piorando a cada dia. O julgamento provocará um novo arranjo e acomodação de forças nas instituições políticas, independentemente do resultado do julgamento. Será uma boa oportunidade para o restabelecimento da governabilidade necessária e a recuperação da credibilidade política. No presidencialismo, o presidente acumula as funções de chefe de Estado e chefe de Governo, não é possível deixar a figura central do sistema sob suspensão durante todo o mandato

Francisco Araújo, cientista político, professor da Uema e formado em Ciências Sociais e Direito



A abertura do impeachment tem um vício de origem, afinal de contas, o presidente Eduardo Cunha fez isso em retaliação ao posicionamento do PT no Conselho de Ética, por vingança, num claro ato de abuso de poder e desvio de finalidade. Para completar, ele não oportunizou uma chance para a presidenta Dilma apresentar defesa prévia. Até aqui, ele ouviu duas pessoas: Miguel Reale Junior e Hélio Bicudo, os dois autores da ação. Isso traz um prejuízo absurdo e a questão vai ser judicializada para só então ser decidida definitivamente. Pelo pedido de impeachment que há na Câmara não há base jurídica, não há base constitucional para prosseguir. Mas a votação é política então depende muito mais da articulação do governo e dos humores da rua do que neste momento da avaliação jurídica. Eu não acredito que este pedido de denúncia terá prosseguimento

Rubens Jr, deputado federal do PCdoB/MA



Silvana e Walber Cutrim Filho. Aniversariam amanhã.

- Nelma Celeste Sarney, desembargadora, esposa de Ronald Sarney, e Flávia, filha de Silvana e Walber Cutrim Filho. Aniversariam amanhã.

José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos Domingos, quinzenalmente / jose.luiz.almeida@globom.com / www.joseluizalmeida.com



O Poder Judiciário suportará a condição de protagonista?

Sabe-se que o Poder Judiciário, à frente o Supremo Tribunal Federal, tem desempenhado, nos últimos anos, um papel mais do que relevante na vida institucional brasileira. O STF, com efeito, em várias oportunidades, tem exercido um papel central em questões de interesse nacional, tendo agido, amiúde, em face da omissão do Poder Legislativo, fenômeno que não se restringe ao Brasil, pois, noutras partes do mundo, em várias nações democráticas, o Poder Judiciário, pelos mesmos motivos, também tem se destacado em razão de questões políticas relevantes. Com as novas delações, especialmente dos diretores da Andrade Gutierrez, que prometem retroceder até a inacabada ferrovia Norte/Sul, passando por Belo Monte, Angra III e estádios da Copa do Mundo, a tendência natural é que mais e mais congressistas sejam denunciados, do que resultará a inevitável fragilização (ainda mais) daquele que, entre os poderes da República, é o mais representativo, sem deslembrar das agruras pelas quais passa o Poder Executivo, disso resultando o inevitável e consequente fortalecimento do Poder Judiciário, que, nesse cenário, verá fortalecer, ainda mais, o seu protagonismo. Diante dessa perspectiva, fico a perscrutar, cá com meus botões, diante do que tenho testemunhado, se o Poder Judiciário estaria preparado para essa missão, ou seja, para exercer um poder quase absoluto, em virtude da fragilidade dos demais poderes, cujos membros (do Poder Judiciário) não são eleitos e, na maioria das vezes, agem sem peias, sem amarras, como se não tivessem a quem prestar contas. Fico me indagando, ademais, diante da quase inevitabilidade de o Poder Judiciário assumir tamanha relevância na vida nacional, o que isso representará para a nossa democracia, e se é possível dimensionar as consequências dessa plenitude de poder nas mãos dos magistrados, a

considerar que nós, juizes, não somos eleitos, e que, como um dado complicador adicional, os desvios de conduta dos magistrados só raramente são apurados por quem deveria fazê-lo (sistemas de controle interno), apesar do CNJ que, nos últimos anos, parece estar passando por um lamentável e preocupante estado de letargia. Questiono, ainda, se é recomendável dar poder quase absoluto a uma instituição na qual ainda há membros que não respeitam os limites da lei e que são capazes de, por exemplo, em decisão liminar, com cognição rarefeita, num serviço de plantão, decidir sem que a matéria em questão resulte marcada pela urgência e excepcionalidade, a deixar patenteado algum interesse escuso.

Diante dessa preocupante realidade, resta indagar: o que o fortalecimento do Poder Judiciário representa para os jurisdicionados que não têm poder de ingerência, cuja capacidade postulatória - quando não se lhe a nega a capacidade financeira - se materializa apenas e tão somente numa petição inicial, que pode, sim, diante da atitude malsã dos que estão a serviço dos amigos e não do direito, nada representar? Em face da indiscutível e reconhecida má conduta de alguns togados, que não hesitam em exorbitar do poder, como nos exemplos que acima citei, até aonde podemos chegar com tanto poder, sem abespilhar a nossa própria imagem e sem desgastar a instituição, que é uma das poucas que ainda tem alguma credibilidade? E nós, do Poder Judiciário, diante das questões que coloco para reflexão, a considerar que não somos um exército de querubins, estamos preparados para ser o alvo das atenções, para ser vidraças, para nos expor, para ser eficazmente fiscalizados e denunciados, a considerar que a mesma crise moral que se abateu sobre o Poder Legislativo pode vir a se abater sobre a instituição, pelas ações - e omissões - pouco republicanas de alguns dos seus

membros?

O que serão capazes de revelar os holofotes quando eles se voltarem, com sofreguidão e com mais intensidade, para o Poder Judiciário, se viermos a assumir, definitivamente, o papel de protagonistas, como vem assumindo a nossa Suprema Corte?

Em razão de tudo o que expus, cabe reproduzir aqui uma frase de Paulo Guedes, em editorial publicado no jornal o Globo, do dia 30 de novembro passado, para, a partir dela, prosseguir perscrutando. "O despertar do Poder Judiciário anuncia novos tempos", afirmou o articulista. Indago, preocupado, ante a iminência do despertar do Poder Judiciário para os novos tempos: esse Poder da República está preparado, definitivamente, para assumir um papel ainda mais destacado na história do nosso país, no momento em que uma crise moral, de proporções amazônicas, se abateu sobre as nossas instituições, e a considerar que nós mesmos, pelas ações descomprometidas de alguns, tendemos, da mesma forma, à fragilização, sobretudo se os nossos desvios de conduta forem colocados na ribalta? Ficam as indagações para refletir. Eu, de minha parte, sou um pouco cético. Tenho a perturbadora sensação de que os episódios que citei acima, a guisa de exemplo, podem ser uma prática mais comum do que se imagina, lamentando que, nas instituições, as ações nefastas e irresponsáveis dos que não têm compromisso com a lei e com a moral, terminam por resvalar sobre a correta maioria, que não trabalha para abespilhá-las, como o faz quem delas (das instituições) se servem apenas para defender os seus próprios interesses e os interesses dos que, sob os seus olhos, devam ser favorecidos, convindo anotar que não se condena quem defende os seus interesses ou de terceiros, mas os que os defendem usando a força do poder que têm sob as mãos para sobrepujar as leis, as mesmas que um dia jurou cumprir e fazer cumprir.